



PARECER PRÉVIO Nº 3/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11532/2016

Aposos: Processos nsº 12519/2015, 13965/2016, 13550/2015 e 13014/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- Advogado: Daniel Marinho Pereira - OAB/AM nº 5157.

5- Exercício: 2015.

6- Responsável: Sra. Aguiar Silvério da Silva, Prefeita Municipal

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2690 /2017 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.1452/1459).

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício 2015.

Aprovação com Ressalvas das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido à unanimidade, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **aprovação com ressalvas** das contas anuais da **Sra. Aguiar Silvério da Silva** na Prefeitura Municipal de Ipixuna, no exercício de 2015, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 3/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11532/2016

Apensos: Processos nsº 12519/2015, 13965/2016, 13550/2015 e 13014/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- Advogado: Daniel Marinho Pereira - OAB/AM nº 5157.

5- Exercício: 2015.

6- Responsável: Sra. Aguimar Silvério da Silva, Ordenadora de Despesa.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2690 /2017 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.1452/1459).

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal Ipixuna. Exercício 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, inciso II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, inciso II, 2º, 4º, e 5º, inciso I, da Lei 2436/96 e arts 5º, inciso II e 11, inciso III, alínea "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. Aguimar Silvério da Silva, responsável pela Prefeitura Municipal de Ipixuna, no curso do exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, I, da Resolução TCE nº 04/2002;

10.2 – Aplicar Multa à Sra. Aguimar Silvério da Silva, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, inciso II da LO-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo descumprimento do disposto no arts. 31, caput e 74, caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64 no art. 77, §3º da ADCT da CR88, art. 8º da Resolução nº 16/2009, Art. 6º, IX, “f” c/c Art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/93, artigos 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º 6.496/77 c/c o art. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Resolução N.º 027/2012 – TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;



ACÓRDÃO Nº 3/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 3/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3 – Determinar à Prefeitura Municipal de Ipixuna que:

10.3.1- Mantenha atualizado o portal e-contas, nos termos da Resolução TCE nº 13, de 16 de dezembro de 2015

10.3.2- Obedeça ao regramento constitucional, deixando de praticar o nepotismo em sua gestão, observando o princípio da moralidade, expresso no art. 37, caput da CR88;

10.3.3- Obedeça ao regramento constitucional, deixando de praticar o acúmulo inconstitucional de cargos públicos, nos termos do art. 37, inciso XVI da CR88;

10.3.4- Observe o art. 38, caput, da Lei nacional nº 8.666/93.

10.4 - Recomendar à Prefeitura Municipal de Ipixuna que:

10.3.1- Inicie procedimento de sindicância para apuração da conduta da servidora, **a Sra. Edevânia Ferreira de Souza;**

10.3.2- Inicie procedimento de sindicância para apuração de acúmulo ilegal das atividades de agente administrativo e prestadora de serviços de odontológica (contratada).

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral